

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI - Nº 1.213 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2000

## Agenda da Semana

Plenário volta a examinar a convocação do general Cardoso para explicar operações da Abin

PÁGINA 3

**CAE vota a suspensão do pagamento de dívidas de PE e AL**

PÁGINA 4

**CE examina amanhã o Plano Nacional de Educação**

PÁGINA 3

**Gastos de campanha podem gerar perda de mandato**

PÁGINA 5

**Subcomissão terá amanhã relatório sobre o cinema brasileiro**

PÁGINA 4

**CPI do Roubo de Cargas realiza audiências em São Paulo**

PÁGINA 3

# Novo mínimo depende de combate à sonegação, alerta Amir Lando

Relator do Orçamento e senador Romero Jucá fazem apelo à Câmara para que aprove propostas que devem assegurar à União aumento de arrecadação estimado em R\$ 6 bilhões, além de um incremento nos repasses aos municípios

## Antero defende navegação no rio Paraguai

Segundo o senador Antero Paes de Barros, a navegação comercial no rio Paraguai vai garantir o escoamento da produção sem danos ecológicos.

PÁGINA 7

Antero de Barros garante que a navegação no rio Paraguai não prejudicará o Pantanal mato-grossense



O relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando, advertiu que o aumento do salário mínimo para R\$ 180 só se tornará possível se a Câmara dos Deputados aprovar três projetos destinados a combater a sonegação. No plenário, o senador Romero Jucá pediu na sexta-feira aos deputados que votem a proposta que flexibiliza o sigilo bancário. O senador Carlos Patrocínio afirmou que o governo tem condições de aumentar o salário mínimo sem tirar recursos das emendas dos parlamentares.

PÁGINAS 3 E 8



Amir Lando



Romero Jucá



Carlos Patrocínio

## JÚLIO DESTACA PROJETOS QUE PROTEGEM O MEIO AMBIENTE

PÁGINA 8



Júlio Eduardo

## PAÍS DEVE REFLETIR SOBRE PREVENÇÃO DA AÍDS, DIZ TIÃO VIANA

PÁGINA 7



Tião Viana

## PROIBIÇÃO DE CRIANÇAS EM "LAÇOS DE FAMÍLIA" TEM APOIO DE BELLO PARGA

PÁGINA 7



Bello Parga

## TV Senado poderá ser vista em canal aberto

A partir do dia 12, a TV Senado passará a transmitir em canal aberto. A programação poderá ser vista, inicialmente no Distrito Federal, pelo canal UHF 51.

PÁGINA 6

## ACM: Sarney pode disputar a presidência do Senado

O senador José Sarney (PMDB-AP) poderá ser candidato à presidência do Senado, se necessário. Foi o que o próprio Sarney garantiu ao presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, ao comentar, por telefone, matéria publicada sexta-feira



ACM atribui as versões desencontradas ao atual momento de "efervescência"

pela *Folha de S. Paulo*. O jornal diz que Sarney não será candidato ao cargo, atribuindo tal informação ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

— O presidente Sarney não mudou em nada a sua posição — garantiu Antonio Carlos, para quem Sarney poderá candidatar-se, se houver necessidade.

O que Sarney tem destacado é que ele, como ex-presidente da República e ex-presidente do Congresso, não pode ficar correndo atrás de cargos. Para Antonio Carlos, a própria matéria da *Folha* deixa claro que Sarney pode se candidatar, ao afirmar: "Segundo o presidente (FHC), Sarney disse

que, se houver consenso, ele aceita ocupar o cargo".

— Ora, quando o senador Sarney diz que aceita ocupar o cargo de presidente do Senado, está admitindo francamente a hipótese de se candidatar à disputa do cargo, ainda mais quando ele

próprio faz questão de ressaltar que a palavra "consenso" não significa "unanimidade". Sarney apenas deseja que a maioria do Senado esteja ao seu lado — comentou Antonio Carlos.

Para o presidente do Senado, o que há no noticiário sobre o assunto é "uma confusão semântica, típica de momentos de grande efervescência política". Ele observou que "nada disso, contudo, tira dos senadores a responsabilidade que têm de sempre colocar na presidência do Senado figuras da mais alta expressão política, competência administrativa e honestidade, como é, reconhecidamente, a figura do senador José Sarney".

## PSDB reitera apoio ao PMDB

O PSDB divulgou sexta-feira nota reiterando sua posição de apoio ao candidato que o PMDB vier a indicar para a presidência do Senado. Segue a íntegra da nota, que é assinada pelo presidente do partido, senador Teotônio Vilela Filho (AL) e pelo secretário-geral, deputado Márcio Fortes (RJ):

"A direção nacional do PSDB esclarece que mantém inalterada sua decisão de apoiar a candidatura do senador que o PMDB vier a indicar para a presidência do Senado.

"Conforme decisão anterior do partido e de suas bancadas na Câmara e no Senado, o PSDB apresentou a candidatura de seu líder na Câmara, Aécio Neves, à presidência desta Casa, baseando-se no princípio de que a escolha prioritária para aquele cargo cabe à bancada mais

numerosa no ano legislativo que antecede a escolha da nova Mesa. Esse preceito é compartilhado por outras legendas, que distinguiram o PSDB com seu apoio, como é o caso do PMDB, do PTB e do PPS.

"O mesmo princípio se aplica ao processo de indicação do futuro presidente do Senado Federal, razão pela qual o PSDB não poderia deixar de apoiar a escolha de um parlamentar do PMDB, bancada senatorial mais numerosa.

"O PSDB respeita a norma vigente para a escolha dos presidentes das duas Casas do Legislativo e anuncia, em reiteradas ocasiões, sua decisão de retribuir os apoios manifestados à candidatura de Aécio Neves. Não apresentará, portanto, uma candidatura própria à presidência do Senado Federal".



SEGUNDA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2000

AGENDA

PLENÁRIO	Brasil 500
14h30 — Sessão não deliberativa	
PREVISÃO PLENÁRIO	
Terça-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: PDL nº 283/99, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa de Radiodifusão Professor Lourenço Filho para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Ferreira (SP); PDL nº 169/2000, aprova o ato que outorga a permissão à MR Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viana (MA); PDL nº 240/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional Melodia de Cataguases para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cataguases (MG); PDL nº 242/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Vale do Araguaia de Desenvolvimento Artístico/Cultural — FM (Avada FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Araguaia (GO); substitutivo ao PLS nº 683/99, que regulamenta a prestação de informações ao Banco Central para instrumentalização do Sistema Central de Risco de Crédito; e Requerimento nº 567/2000, do senador Jefferson Péres e outros, solicitando seja convocado o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para prestar, perante o Plenário da Casa, esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).	
Quarta-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: PLC nº 38/2000, regulamenta o parágrafo 2º do artigo 236 da Constituição federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro; votação nominal do PLS nº 42/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Faz do Velho Chico; PDL nº 282/99, aprova o ato que renova a concessão do Rádio Jornal do Povo para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Limeira (SP); e PDL nº 12/2000, aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Rio Bonito para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gurupi (TO).	
Quinta-feira 10h — Sessão deliberativa ordinária Hora do Expediente: será destinada a homenagear Gustavo Capanema pelo centenário de seu nascimento Pauta: PDL nº 257/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo de São Paulo para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Paulo (SP); e PDL nº 174/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Dehoniana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaré-Mirim (MA).	
Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa	
COMISSÕES	
Terça-feira 10h — Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: PRS nºs 75 e 78, de 2000, que alteram a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento das dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; PRS nº 79/2000, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; Ofício nº 50/2000, que encaminha ao Senado relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título Global, concluída em 26.6.2000, resultou na emissão, pelo governo brasileiro, num total de US\$ 1 bilhão, no mercado internacional; Mensagem nº 175/2000, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até 280,2 milhões de ienes, de principal, entre o Brasil e o Marubeni Corporation, destinada a aquisição de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; Ofício "S" nº 53/2000, que encaminha ao Senado o relatório sobre a operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título Global, concluída em 17.8.2000, resultou na emissão, pelo governo brasileiro, de US\$ 5,1 bilhões, no mercado internacional; PDL nº 181/2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo de Meio Ambiente Global Environment Facility (GEF) Reestruturado, com contribuição inicial equivalente o Direito Especial de Saque (DES) de quatro milhões, de acordo com os termos do Instrumento para a criação do Fundo Reestruturação de Meio Ambiente; PLS nº 123/2000, que estabelece restrições a alteração de lei de diretrizes orçamentárias; PLS nº 163/2000, que autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju); PLS nº 601/99, que dispõe sobre a isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda; PLS nº 379/99, altera os artigos 15 e 17 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros; PLS nº 454/99, revoga a alínea "d" do inciso XII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e	
Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), contra as pessoas jurídicas dedicadas ao ramo da publicidade e propaganda; PLS nº 460/99, altera o artigo 20 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios; PLS nº 184/99, que dispõe sobre isenção temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente na aquisição de caminhões para transporte de mercadorias e cargas, quando adquiridos por transportadores autônomos; e PLS nº 175/2000, que dispõe sobre a atualização monetária dos valores expressos em reais na Lei nº 9.250/95, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19</i>	
11h30 — Comissão de Educação Pauta: PLC nº 42/2000, que aprova o Plano Nacional de Educação; PLC nº 53/97, regulamenta o artigo 213 da Constituição federal, definindo escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos; PRS nº 72/2000, que obriga a TV Senado a transmitir e interpretar da língua portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) toda a sua programação; Requerimento s/nº, da senadora Emilia Fernandes, solicitando informações sobre o Programa Especial de Treinamento (PET) ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza; e PDLs aprovando atos de renovação e outorga de concessão e permissão para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15</i>	
Após a Ordem do Dia — Subcomissão do Cinema Brasileiro Pauta: apresentação e discussão do relatório final. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15</i>	
Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais Pauta: audiência pública com a finalidade de explicar e debater os critérios para definição dos municípios contemplados com o Programa Índice do Desenvolvimento Humano (IDH-14), com a presença da secretária Nacional de Assistência Social, Vanda Engel, e do representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9</i>	
18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Pauta: votação de créditos suplementares. <i>Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados</i>	
Quarta-feira 9h — Comissão de Assuntos Sociais Pauta: PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; apreciação em turno suplementar do substitutivo ao PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PLS nº 50/2000, acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 8.650/93, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica; PLS nº 319/99, acrescenta dispositivo à Lei nº 3.268/57, que dispõe sobre os conselhos de medicina; PLS nº 183/2000, altera o art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a nova composição das comissões internas de prevenção de acidentes (Cipaps); entre outros assuntos. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9</i>	
10h — Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: exposição de Edson Galvão Vilela de Souza, Edilson Galvão Vilela de Souza e do presidente do Serasa, Elcio Aníbal de Lucca, acerca das denúncias sobre abusos na inscrição de pessoas físicas e jurídicas por parte da instituição. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19</i>	
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: PLC nº 32/2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação; PLS nº 27/99, altera os artigos 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071/16 (Código Civil), referentes a investigação de paternidade; PLS nº 112/2000, acrescenta artigo à Lei nº 9.504/97, que estabelece hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato; entre outros assuntos. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3</i>	
17h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar Pauta: depoimento do advogado do Banco do Brasil, lotado na Assessoria Jurídica Regional do estado do Pará, Pedro José Coelho Pinto; e dos ex-advogados da mesma instituição Lucimálva Saravia Barbosa e José Raimundo Farias Couto, sobre a denúncia nº 1/2000 (contra o senador Luiz Otávio). <i>Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6</i>	
Quinta-feira 9h30 — CPI do Futebol Pauta: depoimento do diretor-presidente da Traffic, J. Hawila, empresa que teria participado de negociações relacionadas com o contrato entre a Nike e a CBF. <i>Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2</i>	
ESPECIAL	
Quarta-feira 12h — Missa de confraternização de Natal e de encerramento do ano, a ser celebrada por dom José Freire Falcão. <i>Salão Negro do Congresso Nacional</i>	

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Lando: novo mínimo depende de projetos anti-sonegação

Relator-geral do Orçamento 2001 alerta que o aumento do piso salarial para R\$ 180 só se tornará possível se a Câmara dos Deputados aprovar as três propostas que garantirão crescimento da arrecadação federal

O aumento do salário mínimo para R\$ 180 só se tornará possível se a Câmara dos Deputados aprovar os três projetos destinados a combater a sonegação negociados entre o Palácio do Planalto, o relator-geral do Orçamento 2001 e a liderança do governo no Congresso. "Sem os projetos de combate aos sonegadores não haverá salário mínimo de R\$ 180", afirma o relator-geral, senador Amir Lando (PMDB-RO).

Os três projetos deverão aumentar a arrecadação federal no próximo ano em R\$ 6 bilhões, conforme cálculos dos economistas do Congresso, além de outros R\$ 2 bilhões a serem repassados constitucionalmente aos estados e municípios. Desse total, R\$ 1,2 bilhão será usado prioritariamente para pagar parte dos gastos da Previdência com o reajuste



"Sem os projetos contra a sonegação não haverá mínimo de R\$ 180", diz Amir Lando

do mínimo e R\$ 800 milhões bancarão as emendas individuais dos deputados e senadores. Os outros R\$ 4,8 bilhões serão usados nos projetos indicados pelas bancadas estaduais e regionais e pelas comissões do Congresso.

Depois de reafirmar que o acordo com o Planalto destina às emendas do Congresso "qualquer excesso de arrecadação que passar de R\$ 1,2 bilhão" no próximo ano,

Amir Lando sustenta que os parlamentares que reagiram contra o acerto "estão fazendo tempestade em copo d'água". Para ele, todo ano o governo subestima as receitas em sua proposta orçamentária e, no Orçamento de 2001, também há indícios dessa tática. Além disso, "haverá um grande cerco aos sonegadores" com as mudanças que o Congresso fará na legislação.

— Estou convicto de que a arrecadação federal terá um acréscimo até mesmo superior aos R\$ 6 bilhões que o comitê de receitas projeta — afirma Amir Lando.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), convocou reunião para as 18h de amanhã, quando espera discutir e votar o adendo do comitê de receitas que prevê a arrecadação adicional de R\$ 6 bilhões e

sua distribuição. Se houver acordo entre os partidos, o plenário da Câmara já terá iniciado nesse horário as votações de dois dos três projetos anti-sonegação. Com isso, os partidos de oposição devem suspender a obstrução que vêm fazendo na Comissão de Orçamento e poderão ser iniciadas as votações de dezenas de créditos suplementares solicitados pelo presidente da República.

## Senado reexamina convocação de Cardoso

O Senado volta a examinar amanhã o requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) convocando o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, para prestar ao Plenário esclarecimentos sobre as operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

O requerimento decorre de matéria publicada pela revista *Veja* sobre o envolvimento de agentes da Abin em operações estranhas às suas finalidades. Quarta-feira, o Plenário adiou a votação do requerimento, aprovando um outro, do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), para que o general fosse ouvido pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), o que aconteceu na quinta.

Também amanhã o Plenário vota, em turno suplementar, projeto da CPI do Sistema Financeiro que cria, no Banco Central, um Sistema de Risco de Crédito, com informações concernentes a empréstimos bancários, a serem fornecidas pelas instituições financeiras e pela Secretaria da Receita Federal.

Pelo texto aprovado, não constitui quebra de sigilo bancário, fiscal



Plenário decide amanhã se ouve o general Cardoso sobre a Abin

ou comercial o fornecimento de informações à Central de Risco nem o fornecimento de informações, pelo organismo, às instituições que trabalham com empréstimos bancários. O relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA), disse que o texto segue o exemplo das economias desenvolvidas, visto ser necessário dotar a autoridade monetária de instrumentos de controle da atividade bancária.

Quarta-feira, o Senado vota projeto do Executivo determinando a fixação, pelos estados e o Distrito Federal, das taxas e emolumentos dos cartórios de notas e registros. De acordo com o projeto, o valor a ser fixado deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada remuneração dos serviços prestados, sempre levando em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro.

De autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), o texto dispõe que essa região será integrada pelos municípios de Neópolis, Santana de São Francisco, Propriá, Cedro de São João, Telha, Brejo Grande, Ilha das Flores e Pacatuba, em Sergipe, e Penedo, Piaçabuçu, Igreja Nova, São Brás e Porto Real do Colégio, em Alagoas.

No mesmo dia, o Senado vota projeto autorizando o Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Foz do Velho Chico. De autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), o texto dispõe que essa região será integrada pelos municípios de Neópolis, Santana de São Francisco, Propriá, Cedro de São João, Telha, Brejo Grande, Ilha das Flores e Pacatuba, em Sergipe, e Penedo, Piaçabuçu, Igreja Nova, São Brás e Porto Real do Colégio, em Alagoas.

## CPI do Roubo de Cargas fará acareação em São Paulo

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas volta a realizar, quinta e sexta, mais uma série de audiências públicas em São Paulo, o estado em que ocorre pelo menos a metade dos roubos em rodovias. O objetivo, segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI, é confrontar Sálvio Barbosa Vilar, atualmente preso em Brasília (DF), e 14 policiais do Departamento de

Crimes contra o Patrimônio (Depatri), acusados de comandar uma poderosa quadrilha que atua no desvio de cargas e extorsão.

"Há fortes indícios de que Sálvio não está mentindo", afirmou o senador, apontando para a quantidade de detalhes fornecidos pelo preso. Ele teria trabalhado durante alguns anos como informante do Depatri e da quadrilha de policiais.

A CPI também ouviu, há duas se-

manas, o depoimento do diretor do Depatri, Godofredo Bittencourt, o que provocou o pedido de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de 15 pessoas. Para Romeu Tuma, a CPI, que deve funcionar até dezembro de 2001, terá cumprido sua finalidade quando atingir os principais receptores de carga roubada no país. Na agenda de 2001, a comissão deve visitar diversas capitais do país.

## Comissão analisa Plano Nacional de Educação

A Comissão de Educação (CE) discute amanhã, às 11h30, o projeto da Câmara que aprova o Plano Nacional de Educação. O relator, senador José Jorge (PFL-PE), é favorável ao plano, que traça diretrizes, objetivos e metas para a educação infantil e para os ensinos fundamental, médio e superior, partindo de um diagnóstico realizado pelo Ministério da Educação (MEC).

A CE aprecia ainda o requerimen-

to da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que solicita ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, informações sobre o Programa Especial de Treinamento (PET). Implementado em universidades federais, o PET desenvolve projetos de pesquisa e extensão. Apesar de bastante elogiado pela comunidade científica, tem sofrido sucessivos cortes de verbas.

O projeto de Casildo Maldaner

(PMDB-SC) que obriga a TV Senado a transmitir e interpretar toda a sua programação para a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) também será analisado na reunião da CE. O relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), é pela aprovação do projeto, na forma de um substitutivo.

O projeto da Câmara que define escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas também será analisado pela comissão.

### OS PROJETOS CONTRA SONEGAÇÃO QUE SE ENCONTRAM NA CÂMARA

CONTEÚDO DO PROJETO	COMO É HOJE	TRAMITAÇÃO E RECEITAS
PLP - 220/98 - Dá à Receita acesso às movimentações bancárias de suspeitos de sonegar impostos. O projeto original saiu do Senado. Na Câmara, substitutivo do deputado Ney Lopes faz alterações substanciais no seu conteúdo	A Receita não tem esse poder	Projeções dos economistas do Congresso prevêem arrecadação de R\$ 9 bilhões por ano. O substitutivo impede o acesso direto às movimentações financeiras e a Receita terá de pedir a quebra do sigilo a um juiz, o qual terá 72 horas para se manifestar
PLP - 77/99 - Pune a elisão fiscal, ou seja, o uso premeditado de planejamento fiscal para redução de IR a pagar, como criação, compra ou venda de empresas ou subsidiárias. Dá ainda prazo de um ano para liminares contra pagamento de impostos	Os fiscais constatarem a elisão fiscal, mas nada podem fazer. Se aprovado o projeto, o "Leão" cobrará o imposto	Tem parecer favorável na CCJ da Câmara, apresentado pelo deputado Eduardo Paes (PTB-RJ). Além de colar a elisão fiscal, também abre caminho para o imposto mínimo sobre a renda das empresas, ao permitir que o governo cobre IR sobre faturamento, independente de lucro ou prejuízo. Não há cálculo sobre receitas
PL - 3.756/00 - Dá à Receita autorização para usar informações de recolhimentos da CPMF e verificar se a pessoa ou empresa sonegou e, com isso, iniciar processo administrativo de cobrança	Hoje os fiscais sabem quem movimentou grandes somas nos bancos mas não podem iniciar investigação	Não há previsão sobre receitas. A SRF constatou que 464 mil empresas nada declararam em 98, mas depositaram nos bancos R\$ 162 bilhões. 210 mil pessoas movimentaram R\$ 90 bilhões, mas nada declararam. Não se fez cálculos sobre receitas

# CAE vota ajuda financeira a Pernambuco e Alagoas

Projeto de resolução de Roberto Freire permite que os dois estados suspendam por 12 meses o pagamento dos juros devidos à União

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota quarta-feira projeto de resolução do Senado, de autoria do senador Roberto Freire (PPS-PE), que propõe a suspensão, pelo período de 12 meses, do pagamento de juros das dívidas dos estados de Alagoas e Pernambuco com a



Freire: recursos servirão para reparar prejuízos causados por enchente

União. Relatado favoravelmente, embora com a apresentação de emendas, pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o projeto tem como justificativa a situação precária das finanças dos dois estados e a necessidade de reparar os prejuízos causados pelas últimas enchentes.

— É inquestionável a pertinência do pleito. A obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal e o comprometimento das receitas esta-

duais com gastos de pessoal, educação e saúde praticamente impossibilitam esses estados de prestar o pronto atendimento às famílias vitimadas pelas enchentes — diz José Eduardo Dutra no relatório.

Ele apresentou três emendas que, em seu conjunto, definem as dívidas alcançadas pelo projeto e criam condições para que o estado possa arcar mais tarde com o pagamento das parcelas que forem suspensas, bem como incluir na renegociação com a União os recursos já gastos com o socorro aos atingidos pelas enchentes.

A CAE também votará projeto de lei do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que permite aos estados usar *royalties* antecipados também para amortizar dívidas com a União.

## Senadores discutem denúncias de irregularidades na Serasa

Denúncias de que a Serasa vem cometendo irregularidades na inclusão de pessoas físicas e jurídicas em seus cadastros serão analisadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em audiência pública marcada para quarta-feira, às 10h. A Serasa é uma empresa que cadastra devedores de bancos privados.

Participam do debate o presidente da empresa, Elcio Aníval de Luca, e os advogados Edson Galdino Vilela de Souza e Edilson Galdino Vilela de Souza, autores das denúncias.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pediu a realização da audiência. Ele já alertou duas vezes o Plenário sobre a fra-

Segundo a Resolução 78 do Senado, em vigor, essa receita só pode ser usada na capitalização de fundos de previdência.

— Do ponto de vista econômico, o projeto permitirá que os diversos entes da Federação possam reduzir um passivo que possuem junto à União, mediante a utilização de um crédito líquido e certo — diz o relator da matéria, senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Estão ainda na pauta da CAE o projeto de lei do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), que garante isenção da taxa de emissão de CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda; projeto de lei do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os transportadores autônomos na compra de caminhões; e o projeto de lei do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que prevê a atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física.

gildade dos controles da Serasa. Depois dos pronunciamentos, já recebeu mais de 200 mensagens eletrônicas sobre o tema, a maioria com denúncias de inscrições irregulares.

— O Natal está chegando. É preciso resolver essa situação injusta, violadora dos direitos do cidadão — disse o senador.

## Subcomissão do Cinema aprecia amanhã relatório final

O presidente da Subcomissão do Cinema Brasileiro, senador José Fogaça (PMDB-RS), marcou para amanhã, depois da Ordem do Dia, a apresentação do relatório final do senador Francelino Pereira (PFL-MG). Fogaça adiantou que o relatório de Francelino vai propor a transformação da subcomissão temporária em órgão permanente, conforme sugestão do relatório do III Congresso Brasileiro de Cinema, realizado este ano em Porto Alegre.

O relator disse que pretendia concluir o documento, com aproximadamente 100 páginas, no final de semana para apresentá-lo amanhã, de modo a possibilitar a sua votação, pelos membros da subcomissão, na quinta-feira. A Co-

missão de Educação (CE) deverá apreciar o parecer final no próximo dia 12.

A Subcomissão do Cinema Brasileiro foi criada em 15 de junho de 1999, por requerimento apresentado pelo senador Francelino, com a finalidade de estudar a situação da produção audiovisual no Brasil, sob todos os aspectos, e propor uma legislação específica de fomento a essa atividade.

O senador reconheceu que o “cinema brasileiro beijou a lona, no rastro dos grandes problemas da década de 80, após a extinção



Francelino: em busca do “melhor caminho para o cinema nacional”

da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme) e do Conselho Nacional do Cinema (Cconcine)”.  
Ao propor a criação da subcomissão, Francelino observou que estava agindo em concordância com o próprio presidente do Senado:

— Ele observou que esse tema é de interesse da nação brasileira e envolve um segmento da sociedade altamente interessado em encontrar o melhor caminho para o cinema nacional, através do foro legislativo, no Congresso, especialmente no Senado.

## Ademir defende novo modelo para desenvolver a Amazônia

Ao se pronunciar sobre o futuro da Amazônia, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu uma nova concepção de desenvolvimento para a região, conciliando a necessidade da preservação com a urgência da exploração econômica de suas riquezas naturais. Ele criticou os posicionamentos de algumas organizações não-governamentais (ONGs), por incorporarem em seus discursos “interesses estranhos às necessidades do Brasil e da própria região amazônica”.

— A defesa do meio ambiente de forma extremada e desconectada de outros aspectos da região, como tem manifestado essas organizações, é tão perversa para a Amazônia quanto a visão de pura exploração econômica que não leva em consideração as peculiaridades da região. Hoje, com os padrões científicos e tecnológicos de que dispomos, é possível buscar o progresso econômico sem destruir os sistemas ecológicos — afirmou Ademir Andrade.

Na sua avaliação, um novo processo de integração e modernização da Amazônia deve ser abrangente e não concentrado. Ele prega o desenvolvimento dos trans-

portes na região, com a utilização da rede hidrográfica, e a necessidade de elevar os baixos níveis educacionais da população.

Ademir também cobra uma reforma realista na distribuição de terras, impedindo a migração das pessoas para a periferia das grandes cidades, e sugere que se dê prioridade às atividades econômicas geradoras de emprego e renda e sejam adotados mecanismos realistas de gestão ambiental, para zelar pelo bom andamento dos programas do desenvolvimento sustentável. Defende ainda a integração da Amazônia no cenário nacional.

— Não temos nenhuma dúvida de que é de vital importância a integração física, sócio-econômica e cultural da Amazônia em si com o resto do Brasil e os centros internacionais de consumo — disse ele.



Ademir quer progresso sem a destruição do meio ambiente

## Carlos Bezerra destaca melhorias introduzidas na Previdência Social

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) destacou o esforço feito pelo Ministério da Previdência e Assistência Social para melhorar seus processos e métodos de gestão e procedimentos e sistemas administrativos, a fim de “garantir a todos os brasileiros o direito fundamental a uma aposentadoria digna e condizente com suas necessidades”.

Segundo ele, o governo tem combatido “com relativo sucesso” a sonegação, a fraude, as irregularidades e o descontrole administrativo que existem nessa área. Ele lembrou que o ministro da área, Waldeck Ornelas, afirmou recentemente que as contas previdenciárias já não são mais “uma dor de cabeça”.

— Tem havido redução do déficit da Previdência, em decorrência da recuperação da economia brasileira, da implantação de novos programas de estímulo ao emprego formal e de uma melhor atuação administrativa do ministério — enfatizou Carlos Bezerra.

Ele destacou ainda a nova Lei de Crimes Contra a Previdência Social, que prevê até 12 anos de cadeia para os fraudadores. Ressaltou que o uso racional dos recursos da in-

formática tem contribuído para maior controle das atividades e a redução do déficit previdenciário.

Carlos Bezerra alertou para a necessidade de valorização dos recursos humanos. “Sem pessoal treinado e adequado, sem bons recursos humanos, não pode haver uma boa Previdência Social”, ponderou. E acrescentou que, embora o ministério já tenha implantado as carreiras de fiscal e procurador da Previdência, a grande maioria dos servidores ainda não conta com plano de carreira.

Mas observou que Ornelas já encaminhara ao Ministério do Planejamento o anteprojeto de lei que dispõe sobre a carreira de técnico previdenciário. “É um compromisso do governo federal assumido na década de 80 e até hoje não cumprido”, disse o senador.



Bezerra cobrou o plano de carreira para os técnicos previdenciários



# CAS ouvirá Parente sobre critérios do IDH-14

A audiência pública está marcada para amanhã, após a Ordem do Dia. A iniciativa partiu do senador Sebastião Rocha, preocupado com a exclusão de municípios pobres no programa do governo federal de combate à miséria

O ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Pedro Parente, e a secretária nacional de Assistência Social, Vanda Engel, participam amanhã, após a Ordem do Dia, de audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Serão debatidos os critérios para a inclusão de municípios no Programa IDH-14, destinado a elevar o Índice de Desenvolvimento Humano das regiões mais pobres do país.

O requerimento para a realização da audiência pública foi apresentado em agosto pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que questionou a ausência, na lista dos beneficiados pelo IDH-14, de municípios localizados nos estados mais pobres da Federação. A pedido do próprio senador, também foi convidado para a audiência o representante do Brasil no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O Índice de Desenvolvimento Humano passou a ser utilizado pelo Pnud no início dos anos 90. Os critérios utilizados até então para ava-

liar a situação social de cada país ou região levavam em conta apenas a renda *per capita*. O IDH inovou ao introduzir variáveis como o desenvolvimento local nas áreas de saúde e educação.

A renda é levada em conta no cálculo do IDH, mas sob a forma do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* ajustado ao custo de vida local. Com isso, é também levado em conta o real poder de compra da população. O índice observa ainda a expectativa de vida da população, as suas condições de saúde, a taxa de alfabetização dos adultos e a taxa combinada de matrículas nos ensinos fundamental, médio e superior.



Sebastião Rocha também sugeriu que um representante do Pnud no Brasil também participasse do debate

## Na pauta, mais verbas para hospital universitário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina em sua reunião de quarta-feira, às 9h, projeto que permite aos hospitais universitários a destinação de parte dos seus leitos a pacientes que se disponham a pagar pela assistência prestada. O objetivo da proposta, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é possibilitar a captação de recursos para essas instituições. Para o senador, é preocupante a situação dos hospitais públicos, notadamente os

de ensino, já que os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) são insuficientes para cobrir os custos operacionais.

A matéria, que recebeu parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), terá seu substitutivo apreciado em turno suplementar. No dia 22 de setembro, o projeto foi aprovado com votos contrários da senadora Heloisa Helena (PT-AL) e dos senadores Júlio Eduardo (PV-AC) e Tião Viana (PT-AC).

Constam ainda da pauta da CAS outros oito itens, entre eles o projeto que concede o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores sazonais, aos safristas e aos contratados por prazos curtos. De acordo com o autor da proposta, senador Geraldo Althoff, a legislação que rege o seguro-desemprego apresenta inúmeras lacunas. O

relator é o senador Lúcio Alcântara, que apresentou parecer favorável.

Também será examinado projeto da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de prontuários médicos e seu acesso por pacientes. Geraldo Althoff é o relator da proposta.

Os senadores irão analisar ainda projeto que determina que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos públicos sejam revertidos para a administração pública. Estão também na pauta a proposta que institui normas reguladoras do trabalho rural, a que dispõe sobre os conselhos de medicina, a nova composição das comissões internas de prevenção de acidentes (Cipa) e a que versa sobre as relações de trabalho do treinador de futebol.

## CCJ examinará perda de mandato por infração às normas eleitorais

Em reunião convocada para a próxima quarta-feira, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará projeto de lei complementar que prevê a cassação do registro da candidatura ou a perda do mandato quando forem transgredidas as normas relativas à arrecadação e aplicação de recursos financeiros destinados às campanhas eleitorais.

O projeto de lei complementar é resultado de substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) apresentado à proposta do senador Moreira Mendes (PFL-RO), que originalmente não era complementar e modificava a Lei Eleitoral de 1997. No entanto, conforme observou o relator em seu parecer, "a Lei Eleitoral não pode estabelecer a sanção da perda de mandato, com a conseqüente imposição da pena de inelegibilidade por certo tempo, a quem infringiu as normas de aplicação e arrecadação de recursos financeiros na campanha eleitoral, ou as relativas à prestação de contas, exceto pecuniárias".

Amir Lando apresentou substitutivo em que a intenção original de Moreira Mendes — a cassação do re-

gistro de candidatura ou a perda de mandato por conduta ilegal no âmbito das finanças de campanhas eleitorais e das prestações de contas — é mantida, mas mediante modificação da Lei das Inelegibilidades, de 1990, em seu artigo 19. A mudança prevê, ainda, que tais transgressões deverão ser apuradas pelos corregedores regionais eleitorais.

A comissão deverá examinar também projeto de decreto legislativo de 1993, de iniciativa do Executivo e já aprovado na Câmara, que ratifica a Convenção 169 da Organização In-



Moreira Mendes: autor da proposta que pune os políticos que transgredirem a legislação

ternacional do Trabalho (OIT), sobre povos indígenas e tribais em países independentes. Colocada em pauta no último dia 29, o relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), que apresentara parecer favorável à aprovação, pediu adiamento da votação sob o argumento de que a matéria precisaria ser reexaminada. A ratificação da convenção "vem sendo ansiosamente aguardada pelos povos indígenas do Brasil" e, ainda na opinião do relator, a medida equivaleria, para esses povos, à Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Um dos itens a serem votados em caráter terminativo é o parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) favorável a quatro modificações do Código Civil propostas pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), referentes à investigação de paternidade. Integram ainda a pauta da CCJ o projeto que institui contribuição destinada ao financiamento do Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa e o que prevê a implantação da Defensoria Pública da União.



Álvaro Dias, presidente da CPI do Futebol: audiência com presidente da CBF será em 13 de dezembro

## Intermediador do contrato entre CBF e Nike vai depor

O dono da empresa Traffic Marketing Esportivo, empresário José Hawilla, depõe na próxima quinta-feira, às 9h30, na comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando irregularidades no futebol brasileiro. Ele deverá explicar a intermediação de sua empresa no contrato firmado em 1997 entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a Nike.

Segundo informações divulgadas na *home page* da Traffic ([www.traffic.com.br](http://www.traffic.com.br)), a parceria com a entidade esportiva foi firmada em 1989. Pelo acordo, os direitos comerciais da marca CBF e a

permissão para explorar a imagem da Seleção Brasileira em todas as categorias, no que diz respeito a *merchandising*, licenciamento e transmissão de TV, passaram a ser administrados pela empresa.

As informações resultantes da quebra dos sigilos bancário e fiscal da Traffic já estão com a CPI do Futebol. A comissão quer investigar, entre outras coisas, se houve sonegação fiscal e evasão de divisas decorrentes do contrato entre CBF e Nike, intermediado pela empresa. No dia 13 de dezembro, haverá, após a Ordem do Dia, o depoimento do presidente da CBF, Ricardo Teixeira.

# TV Senado inaugura canal aberto no dia 12

Emissora sai do círculo exclusivo da programação disponível em canais a cabo ou recebida por meio de antenas parabólicas e entra no que Fernando Cesar Mesquita chama de maioria como veículo de comunicação

A partir do próximo dia 12, às 11h, a TV Senado poderá ser sintonizada em canal aberto, saindo do círculo exclusivo da programação disponível em canais a cabo ou recebida por meio de antenas parabólicas. Inicialmente as transmissões na frequência UHF serão destinadas ao Distrito Federal e poderão ser captadas pelo canal 51. Em etapa posterior, o sinal poderá ser retransmitido para os mais de 5 mil municípios brasileiros — até agora, cerca de 500 câmaras municipais e prefeituras se

mostraram interessadas em firmar convênio para receber a TV Senado em canal aberto.

A inauguração do canal 51 se dará em solenidade a ser realizada na sede do novo transmissor, localizada no quilômetro 0,6 da DF-001 Sul, próximo ao Posto Colorado, acima do Lago Norte. Estarão presentes o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. A torre onde está sendo instalado o equipamento de transmissão da

TV Senado será compartilhada pela TV Câmara, que também passará a operar com sinal aberto, por meio do canal 27.

Conforme os técnicos da TV Senado, a sintonia do canal 51 é automática para a esmagadora maioria dos aparelhos hoje em operação. Caso o aparelho seja muito antigo, o telespectador terá de

comprar um sintonizador de UHF por aproximadamente R\$ 30. O transmissor, que tem potência de 160 quilowatts, está sendo programado para levar aos 2 milhões de telespectadores do Distrito Federal a melhor imagem possível, mas a qualidade da transmissão ficará sujeita à distância entre o aparelho receptor e a torre. O início das transmissões com sinal aberto é mais um passo para a ampliação do acesso às informações sobre as atividades do Senado. No dia 19 de novembro, a TV Senado passou a estar disponível na chamada *Banda C* do Satélite *Brasilsat B-1*, gerenciado pela Embra-

tel, elevando o alcance da emissora para um universo de 44 milhões de telespectadores em todo o Brasil. Com isso, a TV Senado passou a operar simultaneamente nas áreas analógica e digital do satélite B-1, mais que triplicando o seu alcance anterior, estimado em 12 milhões de telespectadores.

A nova faixa de operação (analógica) permite ao telespectador captar as imagens pagando mais barato que na faixa digital. Arcará com cerca de R\$ 350 pela antena parabólica mais o receptor, não incorrendo em despesas posteriores, a não ser de manutenção do equipamento. Na faixa digital, o

usuário depende de operadoras como a Sky TV e Direct TV, que cobram de R\$ 200 a R\$ 400 pela adesão mais mensalidade em torno de R\$ 70.

— Com este salto, a TV Senado praticamente atinge sua maioria — afirma o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita. Ele lembra que o ingresso da TV Senado em mais um canal daquele satélite, após cinco anos de espera, foi possível em razão do esforço feito pela atual Mesa diretora da instituição, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

**SENADO FEDERAL**  
UM CANAL ABERTO COM O CIDADÃO

A partir de 12 dezembro Assista à TV Senado no canal UHF

Se você é de Brasília sintonize o novo canal aberto 51 UHF

Se você não é de Brasília sintonize a TV Senado através de antena parabólica com sinal analógico na frequência de 4130 MHz via BRASILSAT B1

A TV Senado continua disponível também nas operadoras de TV por assinatura do país (Sky, Net, Direct TV e Tec Sat).

**51**

TV SENADO

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 — *Agenda Econômica* — Ministro Francisco Dornelles fala sobre a geração de emprego e o FGTS  
7h30 — *Entrevista* — Senador Maguito Vilela fala sobre a situação das rodovias federais  
8h — Comissão Mista de Orçamento  
11h — *Entrevista* — O ex-ministro Paulo Brossard fala sobre democracia  
12h — *Entrevista* — Senador Maguito Vilela fala sobre a situação das rodovias federais  
12h30 — *Revista Brasília*  
13h30 — *Agenda Econômica* — Ministro Francisco Dornelles fala sobre a geração de emprego e o FGTS  
14h30 — Sessão Plenária (vivo)  
18h30 — *Entrevista* — Senador Osmar Dias fala sobre os crimes contra a administração pública  
19h — *Cores do Brasil* — Maranhão  
19h30 — *Agenda Econômica* — Ministro Francisco Dornelles fala sobre a geração de emprego e o FGTS  
20h30 — *Entrevista* — Senador Maguito Vilela fala sobre a situação das rodovias federais

21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
Logo após — *Revista Brasília*

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Para Brossard, o país ainda sofre os efeitos negativos do regime militar

Ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, ex-ministro da Justiça e ex-senador pelo Rio Grande do Sul, na política desde 1955, Paulo Brossard analisa a situação da democracia brasileira, em entrevista ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, que a TV Senado veiculou no último final de semana. Para ele, as instituições ainda sofrem com o impacto negativo de 20 anos de regime ditatorial.

— A quebra da legalidade sempre é funesta, e as consequências dependem da duração do período autoritário: quanto mais longo, mais graves serão as seqüelas. A democracia não tem poderes miraculosos. Infelizmente, não basta realizar uma eleição para que tudo se normalize — afirmou.

Líder da oposição ao regime militar no Senado, Brossard assinala que “64 representou uma ruptura séria, grande, profunda”, e uma das dificuldades herdadas para o mo-



Brossard (E) apontou a fragilidade dos partidos atuais como uma das conseqüências da ditadura

mento atual foi “a deformação do conceito de autoridade pelo exercício do autoritarismo”.

— O arbítrio destruiu a lei, comprometeu o conceito de autoridade, e até hoje as pessoas temem exercer a autoridade — observou.

Filiado ao Partido Libertador (PL), e depois ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Brossard aponta a extinção dos partidos, usada no regime militar para evitar o crescimento da oposição, como extremamente danosa à democracia, e com efeitos que ainda se fazem sentir.

— Os partidos existentes não eram perfeitos, mas correspondiam às qualidades e defeitos da sociedade brasileira. Fazer um partido é obra delicada, demanda tempo. Partido não se improvisa, é um ser vivo,

nasce, cresce, declina. Nós caminhávamos para um sistema de três a quatro partidos distintos — disse.

O ex-senador vê na falta de partidos bem definidos uma das chaves da crise política atual. Considera a fidelidade partidária indispensável, acha que o financiamento público das campanhas eleitorais pode ajudar a fortalecer os partidos, mas desconfia que a disposição do governo de fazer uma reforma política seja pouco sólida, assim como a de realizar a reforma tributária.

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

#### Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsat: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica — Sistema Digital:  
• Satélite: B1  
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 MHz  
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
• Antena: 3,6 m  
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB  
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s  
• FEC: 3/4  
Antena Parabólica — Sistema Analógico:  
• Satélite - B1  
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização: Horizontal  
• Frequência — 4.130 MHz

### RÁDIO SENADO FM

#### Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

#### Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz  
• Satélite: Brasilsat B2  
• Polarização: Vertical (RX)  
• Modo: Joint-Stereo  
• Taxa: 128 Kbps-BPSK  
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Viana conclama país a refletir sobre sua responsabilidade na prevenção da Aids

Avanço da doença entre populações pobres preocupa o senador: dos 16 mil novos casos que o Brasil registrou no ano passado, 10 mil eram de pessoas que possuíam apenas o primeiro grau

Lembranças de perda, saudade e dor marcaram a última sexta-feira, Dia Mundial do Combate à Aids, disse o senador Tião Viana (PT-AC). Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), citados pelo senador em plenário, a doença deve matar 3 milhões de pessoas neste ano, alcançando o número total de 21,8 milhões de mortos.

— O Brasil precisa refletir sobre sua responsabilidade nessa epidemia. Hoje é dia de nos lembrarmos de pessoas que morreram e seriam imprescindíveis para o desenvolvimento e para as artes do país — disse.

O senador expressou sua preocupação com o fato de a doença atingir cada vez mais pessoas pobres: dos 16 mil novos casos registrados no país em 1999, 10 mil eram de pessoas que possuíam apenas o primeiro grau de es-



Tião Viana: doença está entrando, sem cura, em sua terceira década

colaridade. Segundo dados da OMS, 36,1 milhões de pessoas vivem com HIV no mundo e, desse total, 70% estão na África. No Brasil, o Ministério da Saúde registrou 190.949 casos de Aids desde 1980, relatou o senador.

Tião Viana chamou atenção para a transmissão da doença por mulheres grávidas para os bebês, nos presídios e nos bancos de sangue. No primeiro caso, o senador petista defendeu a necessidade de realização de testes no

pré-natal, o que evitaria 99% dos casos de contaminação de recém-nascidos. No segundo caso, defendeu a distribuição de preservativos nos presídios e, para os bancos de sangue, destacou a necessidade de haver responsável técnico em hematologia.

## EPIDEMIA

Para o senador, a epidemia está entrando na terceira década de existência no país e sai mais barato fazer um trabalho preventivo da doença. Apesar de ainda

não haver cura para a Aids, Viana afirmou que os avanços científicos têm proporcionado melhores resultados, citando casos de pessoas que convivem há 15 anos com o vírus e mantêm a saúde graças aos novos coquetéis de medicamentos. Segundo o senador, há no mundo 70 linhas de pesquisa para desenvolver vacinas contra a doença, mas nenhuma deu certo até hoje.

Em aparte, o senador Júlio Eduardo (PV-AC) afirmou que este é mais um 1º de dezembro em que há pouco a comemorar e muito com que se preocupar. Júlio Eduardo elogiou o empenho de Viana em divulgar o perfil preocupante da doença no país e disse que o grande inimigo das ações de saúde é a falta de continuidade nos programas, o que compromete a saúde da população.

## Parga apóia a proibição de crianças em novela em novela

O senador Bello Parga (PFL-MA) cobrou sexta-feira uma posição do Congresso Nacional sobre os dobramentos do episódio da proibição, pela Justiça, da participação de menores no elenco da novela *Laços de Família*, da TV Globo.

— O assunto vem mobilizando a opinião pública, mas não tem recebido a devida atenção do Congresso — alertou Parga.

O senador ocupou a tribuna para prestar solidariedade ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antônio de Pádua Ribeiro, que manteve a proibição ao negar pedido da emissora de concessão de liminar suspendendo a decisão do Tribunal de Justiça do Rio.



Bello Parga: Globo mobiliza poder de pressão contra medida

Para Pádua Ribeiro, o juiz fluminese tem razão ao considerar que a exibição de cenas de forte conteúdo erótico com a presença de crianças implicaria risco de danos à sociedade, como “a acentuada dissolução dos costumes e dos laços familiares e sociais”.

O senador criticou a Rede Globo de Televisão por entender que a emissora mobiliza seu poderoso poder de pressão contra a decisão judicial, sob o pretexto de que a ordem de mudança do horário da novela e a proibição da participação de menores representem o “ressurgimento da cabeça da hidra da censura”.

Bello Parga também leu artigo do jornalista Alberto Dines, *Eppure se muove*, publicado na véspera pelo *Jornal do Brasil*, no qual o articulista, entre outras coisas, critica a posição do presidente da República em relação à proibição judicial:

“Quando parecia que algo moveu-se nesse imenso mar de sargacos, o que faz o excelentíssimo senhor presidente da República? Vai pessoalmente à casa do *Big Brother* para colocar um *band-aid* na primeira grande cacetada que levou da opinião pública”, afirma Alberto Dines, com quem o orador disse concordar.

## Antero defende navegação comercial no rio Paraguai

A navegação comercial no rio Paraguai, a partir do Porto de Morrinhos, localizado a 127 quilômetros da cidade de Cáceres, no estado de Mato Grosso, foi defendida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Ele garantiu que o escoamento da produção não vai ameaçar o meio ambiente nem o Pantanal, ape-



Antero: impacto positivo na economia e no meio ambiente

esar das afirmações em contrário da imprensa e de entidades ambientalistas internacionais.

O senador informou que, a partir do Porto de Morrinhos, a navegabilidade é praticamente plena durante todo o ano. É por isso, informou, que a localização do porto foi aprovada pelo comitê intergovernamental da hidrovia, composto por representantes dos governos do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia.

Antero de Barros informou ainda que não será permitida a navegação de grandes embarcações na área, sendo possível apenas a passagem de navios com capacidade individual máxima de mil toneladas. E previu que quando o Porto

de Morrinhos estiver pronto, em 2006, poderão ser embarcadas até um milhão de toneladas de grãos e outros produtos.

— Transportar um milhão de toneladas de grãos por ano pela hidrovia, além de drástica redução no custo do frete, representará a saída de circulação de 40 mil caminhões em apenas um ano. Será menos monóxido de carbono no ar, menos pneus queimando e mais segurança nas estradas — disse o senador. Segundo ele, não construir o porto será uma decisão antieconômica, que vai também bloquear a ligação de Mato Grosso com o Mercosul.

Antero de Barros acha que o potencial econômico das hidrovias deve ser debatido de forma mais aberta e menos sectária. Somente assim, observou, será garantido o desenvolvimento com preservação ambiental, como é o caso do Porto de Morrinhos. “Mato Grosso precisa crescer, e a obra vai gerar desenvolvimento sustentado”, finalizou o senador.

## Senador solidariza-se com diretor da Sudam

O senador Antero Paes de Barros manifestou a sua solidariedade política e pessoal ao diretor da Sudam Pedro Calmon Pepeu Garcia Vieira Santana, que, segundo afirmou, foi “atingido por pronunciamento do senador Antonio Carlos Magalhães”. Em seu discurso, citado por Antero, Antonio Carlos disse que o governo havia afastado o superintendente e defendeu o afastamento dos demais diretores e a abertura de inquérito para ressarcimento “dos furtos ocorridos na Sudam”.

Na avaliação de Antero Paes de Barros, o senador Antonio Carlos atribuiu “esses furtos” também aos demais diretores da Sudam, entre eles o mato-grossense Pedro Calmon, contra quem, assegurou, jamais pesou qualquer suspeita. Ele afirmou que o discurso de Antonio Carlos foi mal recebido nos meios políticos do estado.

— A generalização tem esses riscos — alertou o senador, observando que, embora Pedro Calmon tenha nascido em Goiás, vive em Mato Grosso há muito tempo e já desenvolveu no estado diversas atividades, entre elas a de secretário de estado de Administração e subsecretário da Casa Civil.

Antero Paes de Barros lembrou que Pedro Calmon foi indicado para a Sudam pelo governador Dante de Oliveira, com o apoio de toda a bancada federal do PSDB de Mato Grosso, inclusive o seu.

— Todos em Mato Grosso temos o conceito de que ele é uma pessoa imaculada — ressaltou o senador.

## Jucá pede à Câmara que aprove projeto contra a sonegação

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez na sexta-feira um apelo à Câmara dos Deputados para a imediata aprovação do projeto que flexibiliza o sigilo bancário, permitindo que a Receita Federal disponha de mais um mecanismo para combater a sonegação fiscal. O projeto, já aprovado por unanimidade no Senado, tramita na Câmara há vários anos e está sendo negociado como uma das fontes para gerar recursos destinados ao aumento do salário mínimo dos atuais R\$ 151 para R\$ 180.

Jucá criticou a decisão dos deputados que, na sessão de quinta-feira, derrotaram o pedido de urgência para a votação do projeto.

— Um deles chegou a argumentar que um maior combate à sonegação fiscal iria levar os narcotraficantes a retirarem seu dinheiro dos bancos brasileiros, colocando-o sob o colchão. Será que agora precisamos de leis que protejam os narcotraficantes? — perguntou.



Jucá criticou deputados que derrubaram o pedido de urgência

O senador explicou que o projeto apenas autoriza a Receita Federal a cruzar os dados obtidos por meio da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) com as declarações de Imposto de Renda, para identificar quem está sonegando impostos. Para Jucá, o governo precisa cobrar esses impostos sonegados para dispor de mais recursos para o bem-estar da população, dando-lhe melhor atendimento de saúde e educação e mais segurança pública.

Como relator-adjunto do Orçamento para 2001, Jucá explicou que o projeto que combate a sonegação é o único caminho viável para aumentar a arrecadação e permitir que o salário mínimo chegue a R\$ 180. “Chegou a hora de se separar o joio do trigo no Congresso, identificando os partidos e parlamentares realmente interessados em defender o cidadão e a melhoria de suas condições de vida”, concluiu.

## Governo tem outras fontes para o salário mínimo, diz Patrocínio

Senador protesta contra o acordo que retira R\$ 1,6 bilhão das emendas parlamentares ao Orçamento de 2001 e sugere alternativas

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) protestou em plenário, na sexta-feira, contra a decisão do governo federal, negociada com o Congresso, de destinar R\$ 1,6 bilhão em recursos das emendas parlamentares ao Orçamento de 2001 para cobrir o reajuste do salário mínimo para R\$ 180. Patrocínio retomou discurso feito no ano passado, em que já defendia fontes alternativas para custeio do mínimo, como a venda de parte do patrimônio imobiliário da União, estimado em R\$ 400 bilhões na época.

— Cumprimento o Congresso pelo ato de abnegação ao abrir mão das emendas individuais, mas garanto que o governo tem condições de aumentar o salário míni-



Carlos Patrocínio: corte das emendas prejudicará municípios

mo sem tirar recursos das emendas dos parlamentares — declarou. Na opinião do senador pefelista, a medida deve prejudicar vários municípios que dependem das emendas para viabilizar obras de alcance social.

Apesar das denúncias de distorções na aplicação de verbas destinadas aos parlamentares, Carlos Patrocínio defende a prerrogativa do Congresso de apresentar emendas ao Orçamento. “Sabemos de desvios nesses recursos, mas se 80% do dinheiro que sai de Brasília chegassem à atividade-fim, não precisaríamos estar discutindo o aumento do mínimo”, afirmou.

Como a cobertura do reajuste do salário mínimo pelas emendas individuais não contou com a ade-

ção unânime dos parlamentares, o senador resolveu propor alternativas para financiá-la. Além de sugerir a venda de imóveis da União que são mal-utilizados ou a correção dos aluguéis por valores de mercado, Patrocínio recorreu ao uso do ágio de 283% na privatização do Banespa e dos recursos oriundos da quebra do sigilo bancário.

— O aumento do mínimo poderia ser financiado com os R\$ 5 bilhões de ágio da venda do Banespa e com os R\$ 6 bilhões a serem recuperados com a quebra do sigilo bancário — observou.

Patrocínio também defendeu uma emenda de sua autoria, apresentada em 1999, que garantia aumentos reais anuais para o salário mínimo nunca inferiores a 10%. “Com isso, poderíamos corrigir seu valor gradualmente, até chegar ao ponto de cumprimento das exigências constitucionais”, destacou.

## Ronaldo recorda espírito democrático de Milton Campos

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) elogiou a trajetória do falecido senador, governador de Minas Gerais e ministro da Justiça Milton Campos, cujo centenário de nascimento foi lembrado em plenário na quinta-feira. Fundador da extinta União Democrática Nacional e personagem



Ronaldo Cunha Lima: é oportuno resgatar o exemplo de Milton Campos

de relevo em momentos históricos como a Revolução de 30, o Estado Novo e a Constituinte de 46, Milton Campos foi um homem de “espírito profundamente democrático e conciliador, sempre aberto à crítica e aos questionamentos”, disse Ronaldo.

O senador chamou a atenção especialmente para a retidão do caráter de Milton Campos, que guiava sua conduta por princípios morais e ideológicos inflexíveis. Eleito governador de Minas em 1947, mostrou que era um liberal, no melhor estilo, absorvendo mesmo os ataques de correligionários ao seu governo. Como

administrador, revelou-se modesto e austero.

Entre os fatos mais notáveis da biografia de Campos, Ronaldo citou a solidariedade à Revolução de 30 como demonstração do quanto era antioligárquico. Foi o relator do anteprojeto da Constituição de Minas Gerais, promulgada em 1935, e em 1937, com o início do Estado Novo, retornaria à advocacia, ajudando a fundar a Ordem dos Advogados e a Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Constituinte em 1946, teve papel importante na Comissão do Poder Judiciário, contribuindo para incluir no texto os direitos e garantias individuais.

— O encerramento da era das tiranias tem conduzido à redescoberta das virtudes do pluralismo político. Neste momento, nada mais oportuno do que resgatar a memória, as idéias e o exemplo de Milton Campos — disse Ronaldo Cunha Lima.

## Júlio elogia pequenos projetos de desenvolvimento sustentável

O senador Júlio Eduardo (PV-AC) destacou na sexta-feira exemplos de projetos de desenvolvimento sustentável que comunidades estão realizando no Acre e no Semi-Árido nordestino. Ele parabenizou o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, por estimular soluções apresentadas pela comunidade.

Na Amazônia, o senador narrou experiência do povo Yawanawá, que vive às margens do rio Gregório, em Tarauacá (AC). Os índios plantam o urucum e vendem as sementes para uma empresa americana de cosméticos. Segundo ele, o projeto inverteu o processo de migração indígena para as cidades e propiciou a compra de maquinário para beneficiamento de sementes e investimentos na infra-estrutura, como um sistema de eletrificação por energia solar e um posto médico.

O quilo do urucum, informou o senador, é vendido a R\$ 2,40 para a empresa, que usa a semente para produzir batons, xampus e condicionadores. Em duas safras anuais, os índios colhem cerca de dez tone-

ladas do produto.

— O povo Yawanawá adaptou sua forma tradicional de produção de subsistência à necessidade de atender à demanda do mercado externo, com sustentabilidade cultural, isto é, respeitando suas tradições e identidade — declarou o senador.

Júlio Eduardo também narrou os objetivos de programa lançado em Juazeiro (BA) que pretende construir um milhão de cisternas de captação e armazenamento das águas das chuvas, num prazo de cinco anos, no Semi-Árido nordestino. Para ele, a experiência, orçada em R\$ 500 milhões, demonstra que o meio mais eficaz de combater a seca é o das chamadas microsoluções.

A cisterna, disse, é um sistema simples em que as águas, a partir dos telhados das casas, são captadas por calhas que as conduzem até um reservatório semi-enterrado e coberto, construído com placas de cimento pré-moldadas.

— Construir as cisternas é tarefa fácil, que pode ser executada pela própria comunidade, com custo



Em vez de megaprojetos, Júlio Eduardo defende iniciativas que façam parte do cotidiano

inferior a R\$ 500. Em vez de buscar soluções em megaprojetos, é importante apoiar iniciativas que façam parte do cotidiano — comentou.

Para Júlio Eduardo, o alcance social da iniciativa é imenso, beneficiando diretamente um milhão de famílias, desenvolvendo o capital social da região e reforçando as bases para a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) elogiou o pronunciamento, pela relevância dada a alternativas que pequenas populações reunidas vêm adotando. A defesa de projetos ambientais alternativos também recebeu elogios do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). “O senador apresentou maneiras simples de resolver grandes problemas”, afirmou.